



Filho (FUMEC)  
(Universidade  
EC)  
Sant'Anna – Itália)  
FUMEC)  
- Alemanha)  
no (UNIFOR)  
)  
idade de Santa  
de de Macau)  
(Universidade  
Diniz (FUMEC)  
iza (FUMEC)  
umec.br

## Apresentação

Há sete anos, era apresentada a *Revista do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas da FUMEC*, que vinha cumprir “dupla função”, como anunciado pela então Diretora Geral da Faculdade de Ciências Humanas da FUMEC, Professora Divina S. Lara Vivas: registro da atuação de um Curso de Direito e contribuição ao meio jurídico com a discussão de temas atuais e relevantes. Esse papel foi cumprido, mas era necessário dar um passo além.

De fato, as instituições também amadurecem, e o Curso de Direito da FCH/Universidade FUMEC amadurece a olhos vistos, crescendo em todos os sentidos. Passados mais de dez anos de sua instituição, esse Curso de Direito tem história para contar, a começar pela história de seus ex-alunos, que já se mostram atuantes nas várias esferas do Direito, e, honrosamente, há ex-alunos que se transformaram em (bons) professores desta Casa.

Mostrava-se natural, portanto, a transformação também daquela *Revista do Curso de Direito*, da qual a publicação ora apresentada, *Meritum*, é legítima herdeira. Aquela “dupla função”, anunciada em 1999, mantém-se, acrescida, porém, de novos ideais. Pretende-se, obviamente, divulgar o conhecimento jurídico produzido nesse Curso de Direito, mas, igualmente, pretende-se divulgar o conhecimento jurídico produzido em



outros ambientes universitários, do Brasil e do exterior. Levar e trazer conhecimento jurídico, esse é o lema que há de embalar a *Meritum*.

O caminho a percorrer, certamente, não será fácil. Tem-se, contudo, a convicção de que o Curso de Direito da FCH/Universidade FUMEC já está suficientemente amadurecido para levar adiante esta caminhada, cujo primeiro passo, então, é agora dado. Outros passos, mais largos, serão dados, mas deverão suceder a este primeiro passo, o início de uma proveitosa jornada pelo conhecimento do Direito.

*Carlos Victor Muzzi Filho*

Coordenação do Curso de Direito da FCH/FUMEC

## Sumário

<b>1 Isonomia processual e igualdade fundamental a propósito das retóricas <i>ações afirmativas</i></b> .....7 <i>Rosemiro Pereira Leal</i>
<b>2 Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) Instituição responsável pela condução da política econômica do consumo</b> .....25 <i>Regis André</i>
<b>3 Contornos jurídico-constitucionais do planejamento tributário</b> .....47 <i>Joana Faria Salomé e Ricardo Ferreira Sacco</i>
<b>4 Quinze anos de vigência da Lei nº 8.078/90 e a indefinição do conceito de consumidor: Estudo de caso do Superior Tribunal de Justiça</b> .....77 <i>Daniel Firmato de Almeida Glória</i>
<b>5 Considerações acerca do Poder Constituinte de Reforma</b> .....101 <i>Tatiana Maria Oliveira Prates</i>
<b>6 Extradicação perante a Legislação brasileira: Visão geral com enfoque no princípio da não-extradicação de Nacionais</b> ....119 <i>Fabiana de Melo Bomfim Moreira</i>
<b>7 Precificação de produtos (Lei nº 10.962/04): Inconstitucionalidade</b> .....151 <i>Renato Franco de Almeida e Aline Bayerl Coelho</i>
<b>8 Processo como Hermenêutica paradigmática (a partir de Fazzalari, Baracho, Fix-Zamudio, Andolina, Vignera e Rosemiro Leal)</b> .....179 <i>Carlos H. Walter</i>
<b>9 Direito à razoável duração do processo no Estado Democrático</b> .....209 <i>Isabela Dias Neves</i>
<b>10 Direito de Família na perspectiva biojurídica</b> .....235 <i>Maria de Fátima Freire de Sá e Ana Carolina Brochado Teixeira</i>

## Summary

<b>1 Equality at the judicial proceeding and fundamental equality concerning the rhetorical <i>affirmative actions</i>.....</b>	<b>7</b>
<i>Rosemiro Pereira Leal</i>	
<b>2 Economic Defense Administrative Council (CADE): the governmental instance responsible for leading the economic policy of consumption.....</b>	<b>25</b>
<i>Regis André</i>	
<b>3 Legal-constitutional outlines of tax planning.....</b>	<b>47</b>
<i>Joana Faria Salomé e Ricardo Ferreira Sacco</i>	
<b>4 Fifteen years of validity of the Rule of Law n.º 8.078/90 (Brazilian Defense of the Consumer Code) and the indefiniteness of the concept of consumer: a lead case of Superior Tribunal de Justiça.....</b>	<b>77</b>
<i>Daniel Firmato de Almeida Glória</i>	
<b>5 Considerations about the General Constitutional Convention of Amendments.....</b>	<b>101</b>
<i>Tatiana Maria Oliveira Prates</i>	
<b>6 Extradition concerning the Brazilian legal system: a general view with an approach to the principle of non-extradition of nationals.....</b>	<b>119</b>
<i>Fabiana de Melo Bomfim Moreira</i>	
<b>7 The Brazilian ordinary Law nº 10.962/04 (related to information about goods): unconstitutionality.....</b>	<b>151</b>
<i>Renato Franco de Almeida e Aline Bayerl Coelho</i>	
<b>8 The process as a paradigmatic Hermeneutics (based on Fazzalari, Baracho, Fix-Zamudio, Andolina, Vignera and Rosemiro Leal).....</b>	<b>179</b>
<i>Carlos H. Walter</i>	
<b>9 The right to the process without improper delays in the Rule of Law (the State).....</b>	<b>209</b>
<i>Isabela Dias Neves</i>	
<b>10 Family Law from the perspective of Biolaw.....</b>	<b>235</b>
<i>Maria de Fátima Freire de Sá e Ana Carolina Brochado Teixeira</i>	